

Relatório e Contas 2016

CREDITE-EGS - Corretores de Seguros, S.A.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2017

Avenida da Igreja, n.º 42 - 5.º - 1700-239 LISBOA — Tel.: 00351 217 220 100 Fax: 00351 217 275 220

Loja: Av. de Moscavide, 36-A — 1885-061 MOSCAVIDE — Tel.: 00351 219 458 800 — Fax: 00351 219 441 340

Mediador de Seguros inscrito em 27/01/2007 no registo do ASF com a Categoria de Corretor, sob o número 607162049/3,
com autorização para os ramos Vida e Não Vida, verificável em www.asf.com.pt

NIF: 503 699 128 – Matric. C.R.C. Lisboa n.º 5465/1996-08-05 – Cap. Soc.: €182.032,00

e-mail: geral@credite-egs.pt — www.credite-egs.pt – Associado da APROSE n.º 647



Índice

I – A ECONOMIA MUNDIAL	2
II – A ECONOMIA PORTUGUESA	4
III – O MERCADO DE SEGUROS EM PORTUGAL	6
IV – A CREDITE-EGS	7
FACTOS MARCANTES	7
O VOLUME DE NEGÓCIOS	8
DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIO POR ACTIVIDADES (SEM RESSEGURO)	9
OS CUSTOS OPERACIONAIS	10
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	10
DESPESAS COM PESSOAL	11
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	11
OUTROS GASTOS	11
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	12
INVESTIMENTOS	12
OS RESULTADOS	12
V – FACTOS OCORRIDOS	13
VI – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	14
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	15

I – A ECONOMIA MUNDIAL

O ano 2016 foi marcado por uma série de acontecimentos imprevisíveis com consequências ainda difíceis de medir:

— Os atentados terroristas que assolaram a Europa (França, Bélgica, Alemanha) mas também o Médio Oriente (incluindo a Turquia) e os Estados Unidos de América que provocaram um sentimento de insegurança nestes países que favoreceu a indústria turística de outros menos expostos a este tipo de problema (Portugal e Espanha);

— A perda de territórios importantes no Iraque e na Síria pelo Estado Islâmico (EI ou ISIS) cada vez mais encurralado nas suas capitais de Mossul e Raqqa, provocando a fuga de muitos dos seus membros para os seus países de origem (nomeadamente a Europa) onde poderão fomentar novos actos terroristas causando danos às pessoas, aos bens e à economia (indústria turística, mas não só);

— O apoio diplomático e militar da Rússia ao Presidente Bachar el Assad que beneficiava já duma aliança sólida com o Irão (e consequentemente do apoio das milícias Xiitas espalhadas nesta região), permitindo ao actual regime Síri entrever um futuro que lhe seja talvez mais favorável, mas a que preço? Quais serão as contrapartidas políticas e económicas a pagar para este feito?

— A estratégia, aparentemente, cada vez mais confusa da Turquia (membro da NATO) cujo Presidente Recep Tayyip Erdogan teve de enfrentar um golpe de estado falhado seguido duma purga sem precedente neste País e se aproximou da Rússia para lutar contra o terrorismo. Parece, no entanto, que as verdadeiras motivações sejam o enfraquecimento e a aniquilação dos seus inimigos Kurdos (aliados da NATO) e o fortalecimento do seu próprio poder, transformando a Turquia num Estado cada vez mais islamita e autoritário. A Turquia está voltando as costas à Europa. Que será dos acordos económicos especiais entre a EU e a Turquia?

— O “BREXIT”, ou a saída da Grã Bretanha da EU (é a primeira vez que um membro da União manifesta a sua vontade de se auto excluir desta organização), cujas consequências ainda não estão suficientemente avaliadas para ter a noção certa do impacto futuro na economia da EU;

— As eleições americanas que levaram à Presidência dos Estados Unidos o “improvável” Donald Trump, campeão do isolacionismo e anti “establishment”. Quais serão as consequências desta politica num mundo tão globalizado como o nosso e no qual vivemos desde há já muitos anos?

— A derrota de Matteo Renzi no referêndum (que nunca deveria ter existido) para permitir uma alteração da Constituição da República Italiana, com o objectivo de obter uma maior estabilidade na governação do País, mas que provocou a sua demissão e abriu um período de incertezas, mais um, na 3ª potência continental (e membro fundador) da União Europeia, a

braços com uma das mais fortes crises do sector bancário, com o movimento “5 Estrelas” a ameaçar uma saída da Itália da zona Euro, se ganhar eventuais novas eleições nacionais;

— A crise dos refugiados oriundos no Médio Oriente ou da África, fugindo às guerras, aos massacres e à pobreza, que veio demonstrar a falta duma visão europeia, global e partilhada, sobre esta questão. Assistimos a uma divisão clara Oeste/Este com os países deste último bloco a recusar a aplicação das decisões europeias nesta matéria;

— As tensões cada vez mais acentuadas entre a China e os seus vizinhos asiáticos tendo como fundamentos as reivindicações territoriais deste gigante no mar de China e a contestação dos outros.

Assim sendo, podemos constatar que existem muitos conflitos no mundo que podem ter um impacto negativo na economia mundial e vamos entrar num período de grandes incertezas e numa zona de desconforto cujas consequências são ainda desconhecidas.

Neste contexto a actividade económica mundial teve um desempenho medíocre, registando um crescimento que não deverá superar os 3,1 %, em consequência de uma actividade nos Estados Unidos de América mais fraca do que prevista no segundo semestre e da materialização de um risco importante em Junho de 2016, o “BREXIT”.

Mesmo assim o cenário económico global melhorou ao longo do exercício:

— Os preços do petróleo, que tinham sofrido uma descida acentuada no início do ano (- 25 %), registaram no final do ano um aumento de 75 % após o acordo entre os principais produtores e exportadores desta matéria-prima em reduzir a sua produção para justamente provocar um aumento da procura e consequentemente dos preços da energia.

Este aumento provocou por sua vez um aumento da inflação a nível mundial e nomeadamente na zona Euro, que poderá levar o BCE a rever a sua política de taxas baixas.

— As dúvidas que existiam sobre as reservas monetárias da China acabaram por se esvanecer, ficando as suas reservas mais estáveis ao longo do ano.

— A recuperação dos mercados bolsistas que após uma queda abrupta no início do ano (- 12,5 %), e um período bastante morno, acabaram por subir bastante (+ 14 %), após a vitória de Donald Trump nas eleições americanas, sinal de confiança dos mercados no que deverá ser a política económica do próximo governo;

— No Brasil, a destituição da Presidente Dilma Rousseff, que deixou o país mergulhado numa recessão que parece sem fim, devida à queda acentuada dos preços das matérias-primas, energéticas e alimentares, e um escândalo de corrupção sem precedente neste país com vários estados federais em situação de falhanço económico.

3
P
1-10
A
A

II – A ECONOMIA PORTUGUESA

O ano de 2016 terá visto a implementação duma solução atípica de Governação, a “Geringonça”, um governo minoritário do Partido Socialista beneficiando do apoio parlamentar dos Partidos à sua esquerda, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português.

Apesar dos prognósticos iniciais pouco encorajadores, a verdade é que o exercício 2016 passou e só no final do ano apareceu alguma nebulosidade no céu da “Geringonça”, quando se tratou de implementar a descida temporária da TSU em 1,25 %, como contrapartida do aumento do salário mínimo nacional, fruto da concertação social. No parlamento, os aliados do Governo votaram contra a lei assim como a oposição PSD/CDS.

Este episódio colocou mal a concertação social e deixa antever um exercício 2017 de coabitação talvez mais difícil.

O Governo conseguiu, no entanto, marcar alguns pontos interessantes em termos de macroeconomia.

O PIB nacional cresceu 1,4 % (Zona EURO com 1,8 %, mas a França com 1,1 %), inferior ao do ano passado, mas superior as previsões da TROIKA (UE, BCE e FMI) e do próprio Governo.

A Procura Interna contribuiu com 0,6 % (Gastos das Famílias e Investimento das Empresas), tendo o Consumo Privado aumentado 2,1 %, mas em contrapartida o Consumo Publico cresceu apenas 1 % (pouco investimento do Estado).

Podemos constatar que, de facto, as vendas de retalho cresceram 3,9 %.

Na procura externa, o Turismo explodiu literalmente, ajudando muito o desempenho da nossa economia.

Outro indicador positivo foi o Desemprego que baixou para 10,5 % no final de Dezembro 2016. Foram criados 100 000 novos empregos durante o exercício, faltando saber agora se no sector privado, se no sector publico.

A inflação subiu para 0,61 % (1,1 % na zona EURO) com uma ligeira aceleração no final do ano quando se registou o aumento do preço do petróleo.

O maior êxito do Governo foi, sem sombra de dúvidas, a descida do Défice Público para 2,1 % do PIB, valor até bastante inferior aos 2,5 % desejados por Bruxelas.

No entanto, esta redução do Défice foi obtida com a redução dos juros pagos (0,3 pontos) e do Perdão Fiscal (também em 0,3 pontos), accionado no último quadrimestre do ano.

Outra preocupação grande é o valor da nossa Divida Pública que se mantém à volta de 130 % do PIB., limitando as capacidades do Governo em investir.



Com a subida da inflação, o BCE poderá não intervir tanto na compra de obrigações do Estado Português ou suspender a sua garantia, o que com a instabilidade política existente poderá conduzir à subida das taxas dos juros dos empréstimos obrigatórios para valores superiores a 5 %, sinónimo, para muitos de 2º resgate. O futuro dirá.

III – O MERCADO DE SEGUROS EM PORTUGAL

Em 2016, continuamos de assistir ao fenómeno de concentração no mercado segurador:

— O fundo de investimento APOLLO, após a compra da Tranquilidade (incluído a T-VIDA e a LOGO) em 2015, concluiu este ano a compra da Açoreana (Vida e Não vida). Criou uma nova empresa de seguros mistos, SEGURADORAS UNIDAS, SA, que agrega todas as empresas do Grupo, mantendo as marcas comerciais existentes.

— A AXA saiu do Mercado Português vendendo as suas operações no nosso País ao Grupo Belga AGEAS que já detinha as seguradoras OCIDENTAL e MEDIS, bem como participava do capital social da OCIDENTAL VIDA. Sem esta última, o Grupo AGEAS detém 19 % do mercado.

Os três primeiros Grupos representam 58 % do mercado total (os 5 primeiros 69 %) o que traduz bem a forte concentração actual.

Se considerarmos apenas o mercado Não Vida podemos constatar a mesma concentração com os três primeiros Grupos a representar 55,2 % do mercado.

De notar que as principais seguradoras são de capital estrangeiro:

FIDELIDADE (CHINA),

SEGURADORAS UNIDAS (USA),

AGEAS (BELGICA) INCLUINDO A OCIDENTAL E A MEDIS,

ALLIANZ (ALEMANHA),

LIBERTY (USA),

ZURICH (SUIÇA),

GENERALI (ITALIA)

A primeira seguradora Portuguesa, a LUSITÂNIA, aparece na sétima posição com uma quota de mercado de 4,4 %, enquanto a CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS com uma quota de 2,3 % fecha o TOP TEN das seguradoras.

O mercado de Seguros decresceu 14,4 %, sendo os seguros de Vida responsáveis por esta situação, com uma perda de 23,3 % enquanto os seguros Não Vida cresceram 4.9 %, fruto principalmente dos aumentos de prémios nos seguros de Acidentes de Trabalho e de Doença.

As taxas de juros baixas dificultam bastante a comercialização dos seguros de Vida que são cada vez mais produtos financeiros.

Nesta data a nossa Autoridade de Tutela, a ASF, não divulgou ainda os resultados do sector de seguros durante o exercício de 2016.

IV – A CREDITE-EGS

FACTOS MARCANTES

No Final de 2015, o Conselho de Administração validou o Projecto Odisseia 2025, na senda de um modelo de negócios sustentável, que iniciou em 2016 e cujos objectivos estratégicos eram:

- O desenvolvimento e implantação de um modelo de organização e crescimento para a empresa, de modo a poder melhor enfrentar os desafios futuros.

A metodologia, as operações e a coordenação deste projecto foram confiadas à AXIMAGE. Em 31-12-2016, das 16 etapas previstas, 11 já tinham sido concluídas. Este Projecto deverá ser concluído no decorrer deste exercício.

- O desenvolvimento e implementação dum Portal de clientes que deverá permitir aos nossos clientes aceder aos seus dados num conceito “Anywhere, Anytime”. O portal foi disponível em Novembro de 2016 (apólices e recibos, os sinistros serão entregues ulteriormente, 2017/2018).

A realização técnica deste Projecto foi confiado a empresa de “software” TECNIBITE.

- A aceleração do desenvolvimento do nosso aplicativo de gestão (já em funcionamento), nomeadamente na parte que diz respeito a gestão de sinistros (módulo já existente mas que carece de aperfeiçoamentos). Este projecto está a ser executado em parceria com a ADD IT MIND que nos fornece o pessoal de IT necessário.
- A constituição de uma Rede Comercial constituída por vendedores (PDEAM) recrutados, formados e enquadrados pela empresa no exercício da sua actividade.

Iniciado em Maio de 2015, foram efectuados controlos permanentes da produção realizada versus objectivo. O controlo executado em 30-04-2016 era importante e decisivo para este Projecto. Parar ou continuar era o que estava em questão.

A avaliação realizada nesta data não foi, infelizmente, considerada como positiva e, atendendo aos fracos desempenho e rentabilidade (custos directos de € 341.256 para uma receita de aproximadamente € 13.266 em 2015 e 2016), foi decidido pôr termo a este projecto.

Assumindo os nossos compromissos com os nossos parceiros, foi decidido gerir o RUN OFF do projecto, o que ocorreu em Outubro de 2016, ficando apenas para resolver com a PT o caso das telecomunicações.

7
A. G. L. p. J. M. A. B. S.
1-50

O VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2016, o nosso volume de negócios foi de 2 844 416 euros, ou seja – 2,2 % em relação ao exercício anterior e – 5,2 % em relação ao objectivo traçado para 2016.

O fraco desempenho da equipa ligada ao Projecto “REDE COMERCIAL” e a sua cessação no decorrer do ano é a principal razão deste desvio do volume de negócios.

Estes rendimentos (Vendas e Prestação de Serviços) incluem as comissões de Resseguro no valor de 104 227 euros (3,7 % do volume de negócios), das quais encontram-se por receber o valor de 40.622,26 €.

O segmento das empresas representa 86 % na estrutura do volume de negócios (sem o Resseguro).

A distribuição do volume de negócios, exceptuando as comissões de resseguro, por ramos é a seguinte:

RAMO	VOLUME DE NEGOCIOS	%
Acidentes de Trabalho	582 779 €	21,3
Doença	416 437 €	15,2
All Risks	298 090 €	10,9
Multirriscos Incêndio	349 260 €	12,7
Outros Danos aos Bens	201 852 €	7,4
Automóvel	406 332 €	14,8
Responsabilidade Civil	286 717 €	10,5
Mercadorias Transportadas	27 434 €	1
Outros	171 287 €	6,2
TOTAL	2 740 189 €	100

(Desdobramento do Volume de Negócios por Ramos)

No que diz respeito ao Resseguro, 23 % é de Acidentes Pessoais (incluindo Assistência) e tudo o resto é Patrimoniais.

Na página seguinte encontrarão um Mapa que dá o desdobramento do volume de negócios por Ramos e por Sectores de Actividade.

DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIO POR ACTIVIDADES (SEM RESSEGURO)

ACTIVIDADES - CAE		%	AT	DOENÇA	AUTO	ALL RISKS	INCÊNDIO e MR	OUTROS DANOS A BENS	RC	MERC TRANSPORTADAS	OUTROS RAMOS
INDÚSTRIAS (Electricidade; Extractivas; Transformadoras)	216 333,83 €	7,9%	55 092,06 €	24 011,72 €	18 880,61 €	4 345,97 €	58 448,87 €	3 009,68 €	21 424,89 €	5 324,16 €	25 795,87 €
CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA CIVIL	693 830,58 €	25,3%	248 295,05 €	77 895,56 €	57 894,07 €	38 924,76 €	7 539,29 €	143 861,49 €	45 266,90 €	15 374,08 €	58 779,40 €
ÁGUA (Captação; distribuição), SANEAMENTO; GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	144 002,16 €	5,3%	10 555,19 €	4 603,11 €	9 642,92 €	41 682,64 €	29 658,25 €	5 069,75 €	34 100,70 €	- €	8 689,60 €
TRANSPORTES E ARMAZENAGEM	396 900,46 €	14,5%	62 789,74 €	26 330,05 €	19 460,39 €	139 240,00 €	9 454,21 €	26 461,72 €	100 417,87 €	2 877,42 €	9 869,06 €
COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO VEÍCULOS AUT	329 009,58 €	12,0%	112 098,84 €	130 184,63 €	33 982,33 €	- €	16 338,27 €	1 333,43 €	6 560,62 €	421,56 €	28 089,88 €
ACTIVIDADES DE CONSULTORIA	85 596,85 €	3,1%	25 486,27 €	18 913,39 €	13 402,88 €	28,72 €	9 693,00 €	567,78 €	7 887,08 €	54,75 €	9 562,97 €
OUTRAS ACTIVIDADES	874 515,94 €	31,9%	68 461,87 €	134 499,32 €	253 069,01 €	73 868,03 €	218 127,84 €	21 548,51 €	71 058,63 €	3 382,45 €	30 500,28 €
	2 740 189,39 €	100,0%	582 779,01 €	416 437,79 €	406 332,20 €	298 090,13 €	349 259,72 €	201 852,35 €	286 716,70 €	27 434,43 €	171 287,05 €

OS CUSTOS OPERACIONAIS

Estes custos atingiram o valor de 2 887 368 euros e aumentaram assim de 4,16 % em relação ao exercício anterior, superando o objectivo fixado (2 800 000 euros) em 3,12 %.

A saída da empresa de um quadro superior, por motivo de reforma antecipada, prevista para 2017, mas adiantada para Dezembro de 2016, é a principal causa deste desvio.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Globalmente sofreram uma redução de 1,87 % face ao exercício anterior, mas com grandes variações de uma rubrica para outra:

Os serviços Especializados, cresceram 1,33 %, com todas as rubricas a diminuir o seu valor a excepção dos *Trabalhos Especializados*, que aumentou 13,41 %, com um crescimento muito forte das despesas com *Consultadoria* (91 574 euros), +202 % em relação ao exercício anterior. Deste valor a maior parte (€ 64 020) foi paga à sociedade ADD IT MIND para fornecimento de pessoal de IT (ver os Factos Marcantes).

Os serviços de estafetagem registaram também um forte crescimento de 51,3 %. A necessidade de desviar um colaborador da logística para ser afecto ao Projecto REDE COMERCIAL obrigou-nos a recorrer a contratação externa para o desempenho desta função.

O Projecto REDE COMERCIAL, apesar de reduzir o seu peso em 6,85 % (€ 164 577 contra € 176 678 em 2016) em relação ao exercício anterior, teve um impacto negativo nas nossas contas. Como as receitas deste projecto atingiram neste ano apenas o valor de € 11 946, o nosso resultado operacional sofreu uma penalização directa de € 152 631.

No quadro abaixo poderão verificar as diminuições de custos nas outras rubricas de Serviços Especializados:

Nome da Rubrica de Serviços Especializados	%
Vigilância e Segurança	-42,5
Honorários	-16,9
Comissões Cedidas	- 6,7
Conservação e Reparação	-10,5
Serviços Bancários	-19,6

Nas outras Rubricas de FSE, também se constatou uma redução geral:

Nome da Rubrica de FSE	%
Materiais	-11,8
Energia e fluidos	-19,3
Deslocações, Estadas e Transportes	- 9,4
Serviços Diversos	- 3,5

Nos Serviços e Diversos (€ 190 226) reduzimos os custos com Rendas e Alugueres (- 11 %) e com Despesas de Representação (- 9,2 %), enquanto registamos um ligeiro aumento (2,9 %) das despesas de Comunicações (€ 48 567 contra € 47 190 em 2015).

DESPESAS COM PESSOAL

Com o valor de 1 564 773 euros, é a rubrica com maior peso nos gastos da empresa e registou um aumento significativo em 2016 (14,8 %), face ao exercício anterior.

Como referido anteriormente, a razão principal foi a saída de um Director, por motivo de reforma antecipada, que agravou bastante estes gastos neste exercício.

GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A registar uma diminuição de 4,36 % para este exercício.

Ao nível dos Activos Fixos Tangíveis, foram alienadas as Fracções M e N (Garagens) da rua Basílio Teles à CRE2M, a empresa do Grupo habilitada a arrendar estes espaços, o que não era possível com a CREDITE-EGS – Corretores de Seguros, SA que, por lei, só pode exercer em exclusividade a actividade de mediação de seguros. O valor de aquisição era de € 59.388 e o valor de venda foi de € 62 729. Foi ainda alienada uma viatura pelo valor de 21.086 € cujo valor de aquisição ascendia a 84.345 € e que se encontrava totalmente depreciada.

A rubrica de ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO registou o montante global de 69.473 € (dos quais 63.324 € respeitam a aquisições de 2016):

Projectos	Valor (euros)
Odisseia 2025	30 750
Portal do cliente	26 325
Ficha de Riscos	12 398

Em 2016, já foram transferidos 39.117 € para activos intangíveis.

OUTROS GASTOS

Registamos uma redução de 31 % que corresponde essencialmente a gastos com menos valias resultantes da venda de activos fixos tangíveis e de investimentos financeiros ocorridos em 2015 e inexistentes em 2016.

Os outros gastos distribuem-se assim:

Correcções relativas a períodos anteriores	€ 6 625
Diferenças de câmbio desfavoráveis	€ 4 614
Outros	€ 13 167

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os Outros Rendimentos e Ganhos registaram um aumento de 66% face ao exercício anterior e respeita essencialmente a rendimentos proveniente da alienação os activos fixos tangíveis já referidos anteriormente.

INVESTIMENTOS

Registou-se um aumento em activos fixos tangíveis e em investimentos em curso nos respectivos valores de 61 mil euros e 63 mil euros provenientes na aquisição de equipamento de transporte e equipamento administrativo. Os aumentos em investimentos em curso respeitam ao desenvolvimento do projecto com o portal do cliente, tendo sido transferidos 39 mil euros para activos intangíveis.

O aumento registado em activos intangíveis no montante de 46 mil euros respeita essencialmente da transferência da rubrica de investimentos em curso em 39 mil euros.

OS RESULTADOS

O Resultado antes de Depreciação e gastos de Financiamento e Impostos é de 112 105,36 euros.

O Resultado antes de Impostos é de 18 514,91 euros e o Resultado líquido do exercício é negativo de (31 964,08) euros.

V – FACTOS OCORRIDOS

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o encerramento das contas.

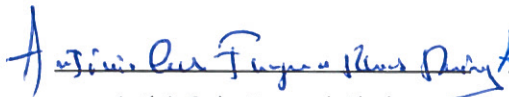
VI – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado do exercício negativo de 31 694,08 euros será transferido para a conta de Resultados Transitados.

A Administração da Sociedade gostaria de agradecer a todas as entidades que colaboraram com a **CREDITE-EGS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.**, pelo apoio e confiança na sociedade. A Administração da Sociedade gostaria ainda de expressar um agradecimento especial aos seus colaboradores, pelo empenho que demonstraram em cada dia da sua colaboração.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2017

**Presidente do Conselho de
Administração**



António Carlos Fragoso de Rhodes
Domingos

**Vogal do Conselho de
Administração**



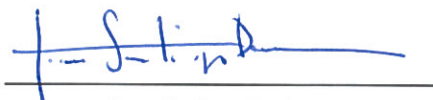
Ana Maria Carreira Chorão de Carvalho
Formosinho Sanchez

**Vogal do Conselho de
Administração**



Celso Fernando de Almeida Cardoso do
Amaral

**Vogal do Conselho de
Administração**



Joana Santiago Domingos

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Anexo ao Relatório de Gestão referente ao exercício de 2016 a que se refere o n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

a) Membros dos Órgãos de Administração não são detentores de ações da Sociedade

Anexo ao Relatório de Gestão referente ao exercício de 2016 a que se refere o n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

b) Lista de accionistas detentores de mais de 10% do Capital Social da Sociedade

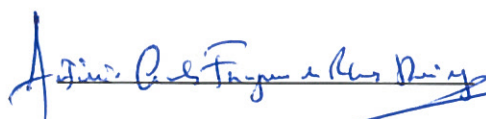
Accionistas	N.º Ações	%
CREDITE-EGS, SGPS, S.A.	182 032	100%

Não ocorreram durante o exercício compra ou venda de ações da empresa por parte dos Administradores.

Não existiram mais negócios entre a empresa e os seus Administradores.

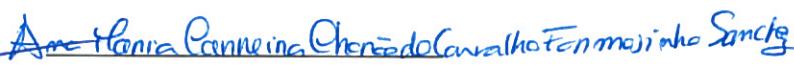
Lisboa, 27 de Fevereiro de 2017

**Presidente do Conselho de
Administração**



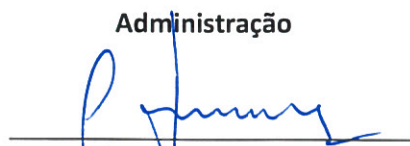
António Carlos Fragoso de Rhodes Domingos

**Vogal do Conselho de
Administração**



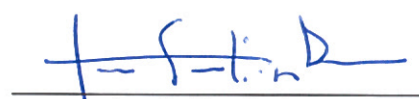
Ana Maria Carreira Chorão de Carvalho
Formosinho Sanchez

**Vogal do Conselho de
Administração**



Celso Fernando de Almeida Cardoso do
Amaral

**Vogal do Conselho de
Administração**



Joana Santiago Domingos

**Balço - (modelo normal) em
31/12/2016
(montantes em euros)**

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	123 191,94	167 655,78
Ativos intangíveis	6	73 654,63	31 079,25
Outros investimentos financeiros	13	451,07	228,63
		197 297,64	198 963,66
Ativo corrente			
Clientes	13	403 882,03	384 786,28
Estado e outros entes públicos	12	9 701,94	
Adiantamentos a fornecedores	13	10 889,74	
Acionistas	13	202 378,95	195 314,68
Outros créditos a receber	13	152 545,41	164 161,18
Diferimentos	3	21 027,25	31 874,22
Caixa e depósitos bancários	4	614 475,04	696 477,81
		1 414 900,36	1 472 614,17
Total do ativo		1 612 198,00	1 671 577,83
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	182 032,00	182 032,00
Reservas legais	14	53 405,33	53 405,33
Outras reservas	14	99 338,84	99 338,84
Resultados transitados	14	1 237 073,73	1 152 416,79
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	14	(800 211,88)	(800 211,88)
Resultado líquido do período	14	(31 694,08)	84 656,94
Total do capital próprio		739 943,94	771 638,02
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	13	71 648,77	70 671,79
Estado e outros entes públicos	12	67 487,08	68 510,95
Financiamentos obtidos	13	165 152,73	46 508,03
Acionistas	13	7 784,26	7 784,26
Outras dívidas a pagar	13	560 181,22	706 464,78
		872 254,06	899 939,81
Total do passivo		872 254,06	899 939,81
Total do capital próprio e do passivo		1 612 198,00	1 671 577,83

O Contabilista Certificado

A Administração

Plu M

Plu M *Ats* *Plu M*

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo normal) do período de 2016
(montantes em euros)**

**Credite - EGS - Corretores de
Seguros, SA**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	2 844 416,05	2 908 033,51
Subsídios à exploração			110,55
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos			(15 900,00)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 147 352,90)	(1 169 216,33)
Gastos com o pessoal	15	(1 564 772,96)	(1 363 341,18)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			(21 402,49)
Aumentos/reduções de justo valor	17	(23,51)	22 702,45
Outros rendimentos	10	61 467,27	44 125,45
Outros gastos	17	(81 628,59)	(103 388,73)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		112 105,36	301 723,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	(91 214,80)	(95 371,39)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20 890,56	206 351,84
Juros e gastos similares suportados	17	(2 375,65)	(3 337,98)
Resultado antes de impostos		18 514,91	203 013,86
Imposto sobre o rendimento do período	12	(50 208,99)	(118 356,92)
Resultado líquido do período		(31 694,08)	84 656,94

O Contabilista Certificado



A Administração



**Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em
31/12/2015**
(montantes em euros)

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 151 847,85		(797 571,53)	265 127,22	954 179,71		954 179,71
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								568,94		(2 640,35)		(2 071,41)		(2 071,41)
2								568,94		(2 640,35)		(2 071,41)		(2 071,41)
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											84 656,94	84 656,94		84 656,94
4 RESULTADO INTEGRAL 4=2+3											82 585,53	82 585,53		82 585,53
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Distribuições											(265 127,22)	(265 127,22)		(265 127,22)
5											(265 127,22)	(265 127,22)		(265 127,22)
6 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 6=1+2+3+5		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 152 416,79		(800 211,88)	84 656,94	771 638,02		771 638,02

O Contabilista Certificado

Da M

A Administração

Phy

Alb
Dna F. Smole
Inf-fin D

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

O Contabilista Certificado

A Administração

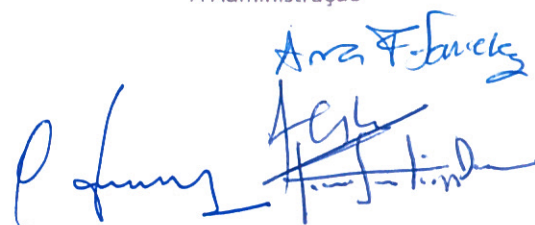
**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31/12/2016
(montantes em euros)**

**Credite - EGS - Corretores de Seguros,
SA**

RUBRICAS	PERÍODO	
	2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	2 584 357,84	2 831 308,72
Pagamentos a fornecedores	1 154 486,62	1 033 603,49
Pagamentos ao pessoal	1 462 032,44	685 639,02
Caixa gerada pelas operações	(32 161,22)	1 112 066,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(77 153,95)	(230 732,17)
Outros recebimentos/pagamentos	119 019,65	(1 080 956,76)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	9 704,48	(199 622,72)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	61 272,33	73 301,19
<i>Ativos intangíveis</i>	33 846,89	43 542,00
<i>Propriedades de Investimento</i>	33 000,00	
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		20 000,00
<i>Propriedades de Investimento</i>	33 000,00	53 602,45
<i>Subsídios ao investimento</i>		110,55
<i>Juros e rendimentos similares</i>	1 035,73	5 771,92
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(94 083,49)	(37 358,27)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>		
<i>Juros e gastos similares</i>	2 376,24	3 337,98

O Contabilista Certificado

A Administração

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31/12/2016
(montantes em euros)**

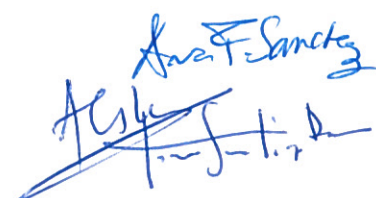
**Credite - EGS - Corretores de Seguros,
SA**

<i>Dividendos</i>		265 127,22
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	2 376,24	(268 465,20)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(82 002,77)	505 446,19
Caixa e seus equivalentes no início do período	696 477,81	1 201 924,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	614 475,04	696 477,81

O Contabilista Certificado

A Administração





ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

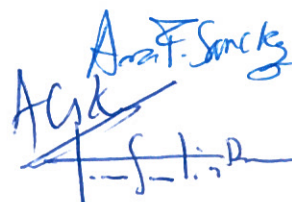
Credite EGS - Corretores de Seguros, SA

ANO : 2016

O Contabilista Certificado



A Administração



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Credite EGS - Corretores de Seguros, SA
Endereço eletrónico: Geral@Credite-EGS.pt
Página da internet: www.credite-egs.pt/

1.2. Sede

Sede social: Avenida da Igreja, nº 42, 5º, 1700-239 Lisboa

1.3. Natureza da atividade

Natureza da atividade: Atividades de mediadores de seguros (CAE 66220)

1.4. Empresa -mãe final

Designação da empresa mãe: Credite EGS SGPS, SA
Sede da empresa-mãe: Lisboa, Portugal

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

A Credite EGS – Corretores de Seguros, SA, passou a ser considerada uma Pequena Entidade, de acordo com as alterações legalmente impostas, ainda assim a sociedade continuou a utilizar em 2016 o referencial de normalização contabilística, pelo que as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

O Contabilista Certificado



A Administração



As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não houve no período apresentado quaisquer derrogações ao Sistema de Normalização Contabilística.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com os diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística, sendo, portanto, comparáveis.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras ou nas notas às demonstrações financeiras. Não houve no período apresentado quaisquer eventos subsequentes que devam ser referidos.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

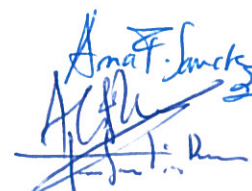
- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. À data de 31/12/2015 não há perdas de imparidade a reportar. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

O Contabilista Certificado



A Administração



As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

As vidas úteis dos Activos fixos Tangíveis utilizados pela empresa são os seguintes:

- Edifícios e Outras Construções - 10 anos;
 - Equipamento Básico - entre 5 e 8 anos;
 - Equipamento de Transporte - 4 anos;
 - Equipamento Administrativo - entre 3 e 8 anos;
 - Outros Activos Fixos Tangíveis - entre 3 e 10 anos.
- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. À data de 31/12/2016 não há perdas de imparidade a reportar.

As depreciações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

As vidas úteis dos Activos Intangíveis utilizados pela empresa são os seguintes:

- Projetos de desenvolvimento - 3 anos;
- Programas de Computador - 3 anos.
- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre os primeiros 15 000,00 € de matéria colectável, e 21% sobre o excedente. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias

O Contabilista Certificado



A Administração



possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

Não se verificaram activos e/ou passivos por impostos diferidos materialmente relevantes pelo que não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os activos e os passivos financeiros são classificados ao custo.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não Sejam ou Não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os activos e passivos financeiros ao custo incluem:

- Clientes;
 - Outras contas a receber;
 - Empréstimos concedidos;
 - Fornecedores;
 - Outras contas a pagar;
 - Empréstimos obtidos.
- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a administração procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência. Não se registaram quaisquer provisões no período apresentado.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação. Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

- Rédito e Regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido



substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica.

- Imparidade

Efectuaram-se testes de imparidade, de acordo com a NCRF 12, às principais rubricas do activo, registando-se no período apresentado uma perda por imparidade relativa a outros devedores.

- Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos dos clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2. Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuadas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 - Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	8 353,94	24 180,69	25 657,71	6 876,92
Depósitos à ordem	496 762,05	24 122 255,80	24 150 891,93	468 125,92
Outros depósitos bancários	191 361,82	261 111,20	313 000,82	139 472,20
Total	696 477,81	24 407 547,69	24 489 550,46	614 475,04

O Contabilista Certificado



A Administração



4.2. Outras informações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos provenientes de:		
Indeminizações seguros não vida		
Subsídios à exploração		110,55
Imposto sobre o rendimento		
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)		
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	354 279,40	352 459,65
Multas e outras penalidades contratuais (dec. tribunal)		
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso		

5 - Partes relacionadas

5.1. Identificação das partes relacionadas

5.1.1. Identificar se existem participações entre entidades

Descrição	Texto
Participa no capital de outras pessoas coletivas? (Sim/Não)	Não
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	Não
Se não, identifique a entidade controladora final:	
Denominação	Credite EGS SGPS, SA
NIF	508057965
Sede (País)	PT
Existem pessoas coletivas que participam indiretamente no capital da entidade? (Sim/Não)	Não
A entidade participa indiretamente no capital de outras pessoas coletivas?	Não

O Contabilista Certificado



A Administração



5.1.2. Entidades participantes

5.1.2.1. Participação no capital social da entidade

Descrição	Percentagem
De pessoas coletivas residentes	100,000000%
Total	100,000000%

5.1.2.2. Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF	508057965
LEI	
Denominação	Credite EGS SGPS, SA
Sede (País)	PT
CAE	6420
Part. direta capital (%)	100,000000%
Part. direta direitos voto (%)	100,000000%
Data de início da participação	17/02/2007

5.2. Transações entre partes relacionadas

5.2.1. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relat.
SALDOS PENDENTES							
Conta de pessoal						174 894,81	1 000,00
Conta de acionistas/sócios	202 378,95						(7 784,26)
Conta de outros devedores e credores							69 448,31

O Contabilista Certificado



A Administração



6 - Ativos intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

6.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		99 439,94	85 584,91			30 356,40		215 381,25
Amortizações acumuladas totais no fim do período		61 226,73	80 499,89					141 726,62
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		53 194,65	85 584,91			6 150,00		144 929,56
Amortizações acumuladas		38 433,91	75 416,40					113 850,31
Saldo no início do período		14 760,74	10 168,51			6 150,00		31 079,25
Variações do período		23 452,47	(5 083,49)			24 206,40		42 575,38
Aquisições em primeira mão		33 846,89						33 846,89
Total de aumentos		33 846,89						33 846,89
Amortizações do período		22 792,82	5 083,49					27 876,31
Total diminuições		22 792,82	5 083,49					27 876,31
Transferências de ativos intangíveis em curso		12 398,40						12 398,40
Outras transferências						24 206,40		24 206,40
Saldo no final do período		38 213,21	5 085,02			30 356,40		73 654,63

O Contabilista Certificado

Pa. M.

A Administração

Pa. M. *Araceli Sanchez* *Luiz Henrique*

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

7.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		117 247,83	3 236,10	462 461,27	584 907,84		13 558,23			1 181 411,27
Depreciações acumuladas		34 790,96	2 744,70	426 378,75	537 593,70		12 247,38			1 013 755,49
Saldo no início do período		82 456,87	491,40	36 082,52	47 314,14		1 310,85			167 655,78
Variações do período		(47 196,17)	(245,70)	19 974,80	(16 470,24)		(526,53)			(44 463,84)
Total de aumentos				50 688,09	10 370,16					61 058,25
Aquisições em primeira mão				50 688,09	10 370,16					61 258,25
Total diminuições		47 196,17	245,70	30 713,29	27 054,48		526,53			105 736,17
Depreciações do período		4 798,49	245,70	30 713,29	27 054,48		526,53			63 338,49
Alienações – Valores brutos		59 387,73		84 345,00	4 140,56					147 873,29
Alienações – Depreciações		(16 990,05)		(84 345,00)	4 354,64					105 689,69
Saldo no fim do período		35 260,70	245,70	56 057,32	30 843,90		784,32			123 191,94
Valor bruto no fim do período		57 860,10	3 236,10	428 804,36	591 137,44		13 558,23			1 094 596,23
Depreciações acumuladas no fim do período		22 599,40	2 990,40	372 747,04	560 293,54		12 773,91			971 404,29

8 - Locações

8.1. Locações financeiras

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra e outros detalhes
2014.010526.01	Santander Consumer	Nissan 51-OR-61	31 297,00	Sim
VWCLSG1001857	Volkswagen Bank	Volkswagen 99-OX-61	40 868,08	Sim
VWCLSG1006875	Volkswagen Bank	Volkswagen 22-RP-81	50 688,09	Sim

8.2. Locações operacionais

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra e outros detalhes
704587	BMW RENTING (Portugal), Lda	BMW 77-QO-47	48 602,66	Não
48730377	Volkswagen Bank	Volkswagen 84-QZ-76	44 000,00	Não

O Contabilista Certificado



A Administração



8.3. **Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte, e outras informações**

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		122 853,15		122 853,15	
Depreciações/Amortizações acumuladas		66 795,83		66 795,83	
Saldo no fim do período		56 057,32		56 057,32	
Total dos futuros pagamentos mínimos		65 152,73		65 152,73	46 479,42
Até um ano		22 786,04		22 786,04	11 234,16
De um a cinco anos		42 366,69		42 366,69	35 245,26
Mais de cinco anos					

9 - Propriedades de investimento

9.1. **Divulgações sobre propriedades de investimento ao custo, conforme quadro seguinte**

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Prop. Invest. Em Curso	Adiantamentos	TOTAL
Saldo no início do período		0,00				0,00
Variações do período		0,00				0,00
Total de aumentos		33 000,00				33 000,00
Aquisições		33 000,00				33 000,00
Total diminuições		33 000,00				33 000,00
Alienações		33 000,00				33 000,00
Saldo no final do período		0,00				0,00

O Contabilista Certificado



A Administração


Araújo-Sanchez
1-1-12

10 - Rédito

10.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	2 844 416,05	2 908 033,51
Juros	1 035,73	7 695,80
Outros réditos	60 431,54	59 242,65
Total	2 905 883,32	2 974 971,96

Os outros réditos discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Diferenças de câmbio favoráveis	2 700,60	598,23
Alienações de Ativos fixos tangíveis	41 417,14	20 000,00
Juros	1 035,73	7 695,80
Outros rendimentos	16 313,80	30 948,62
Total	61 467,27	59 242,65

11 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

11.1. Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados e nos capitais próprios (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados), conforme quadro seguinte

Descrição	Capitais Próprios	Resultados	Cap. Próprios Per. Anterior	Resultados Per. Anterior
Diferenças de câmbio favoráveis		2 700,60		598,23
Diferenças de câmbio desfavoráveis		4 614,22		731,04

O Contabilista Certificado



A Administração



11.2. Relação das taxas de conversão utilizadas

Nome da moeda	Taxa de fecho
Franco Suíço (CHF)	1,0739
Coroa Norueguesa (NOK)	7,0863
Libra Esterlina (GBP)	0,8562
Escudo cabo Verde (CVE)	110,2650
Dólar EUA (USD)	1,0541
Kwanza Angolano (AOA)	175,6860

12 - Impostos e contribuições

12.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	18 514,91	203 013,86
Imposto corrente	50 208,99	118 356,92
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	50 208,99	118 356,92
Tributações autónomas	49 831,18	48 977,04
Taxa efetiva de imposto	271,18	58,29

12.2. Outras divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	59 910,93	50 208,99	100 854,88	118 356,92
Pagamentos por conta	59 652,00		98 931,00	
<i>Pagamentos normais</i>	<i>59 652,00</i>		<i>98 931,00</i>	
Retenções efetuadas por terceiros	258,93		1 923,88	
Imposto estimado		50 208,99		118 356,92
Retenção de impostos sobre rendimentos		32 835,51		25 839,25
Contribuições para a Segurança Social		34 649,48		25 168,37
Outras tributações		2,09		1,29
Total	59 910,93	117 696,07	100 854,88	169 365,83

O Contabilista Certificado

Pl M

A Administração

P. J. M.

Al. M.
Am. F. Sanchez
L. C. H. P.

13 - Instrumentos financeiros

13.1. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte

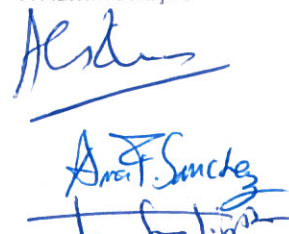
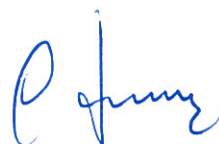
Descrição	Mensurados ao custo - 2016	Mensurados ao custo - 2015
Ativos financeiros:	769 696,13	744 262,14
Clientes	403 882,03	384 786,28
Adiantamentos a fornecedores	10 889,74	
Acionistas/sócios	202 378,95	195 314,68
Outras contas a receber	152 545,41	164 161,18
Passivos financeiros:	804 766,98	831 428,86
Fornecedores	71 648,77	70 671,79
Acionistas/sócios	7 784,26	7 784,26
Financiamentos obtidos	165 152,73	46 508,03
Outras contas a pagar	560 181,22	706 464,78
Ganhos e perdas líquidos:	(1 937,72)	(15 028,47)
De ativos financeiros	2 677,09	(14 001,81)
De passivos financeiros	(4 614,81)	(1 026,66)
Rendimentos e gastos de juros:	(1 339,92)	4 357,82
De ativos financeiros	1 035,73	7 695,80
De passivos financeiros	(2 375,65)	(3 337,98)

- A rubrica "Accionistas" no valor devedor de 202.379 € é referente a um empréstimo concedido à empresa mãe- Credite EGS- SGPS, SA
- A rubrica "Outras contas a receber, discrimina-se da seguinte forma:
 - Fornecedores => 121,13
 - Pessoal => 19 837,10
 - Outras Contas a Receber => 175 669,56
 - Imparidades => (43 082,38)
- A rubrica "Outras contas a pagar, discrimina-se da seguinte forma:
 - Clientes => 229 127,21
 - Pessoal => 56 657,32
 - Outras contas a pagar => 274 396,69

O Contabilista Certificado



A Administração



13.2. Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias

Entidade Financeira	Detalhes da garantia	Montante
Montepio Geral	Garantia ASF	18 760,00
Montepio Geral	Garantia ASF	18 800,00
Montepio Geral	Garantia JM	61 000,00

14 – Capital Próprio

14.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social é de 180.032,00€ encontrando-se integralmente realizado.

14.2. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social encontra-se repartido por 182 032 ações nominativas, de valor nominal de 1 euro.

14.3. Movimentos do período

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	182 032,00			182 032,00
Reservas legais	53 405,33			53 405,33
Outras reservas	99 338,84			99 338,84
Resultados transitados	1 152 416,79		84 656,94	1 237 073,73
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	(800 211,88)			(800 211,88)
Resultado líquido do período	84 656,94	116 351,02		(31 694,08)
Total	771 638,02	116 351,02	84 656,94	739 943,94

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

O valor das reservas legais já corresponde a 20% do capital social.

Outras reservas

Resultam da aplicação dos resultados positivos obtidos em exercícios transatos, tomada em assembleia-geral de acordo com o Código das Sociedades Comerciais.

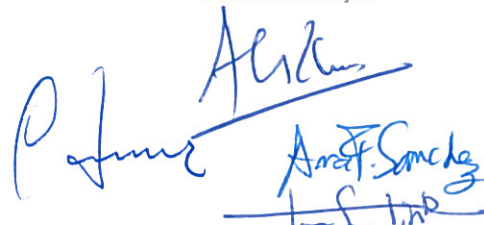
Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral em 24 de Março de 2016, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de

O Contabilista Certificado



A Administração



2015 e foi decidido que o resultado líquido positivo de 84.656,94 € referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados

15 - Benefícios dos empregados

15.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	36,00	69 120,00	33,00	63 360,00
Pessoas remuneradas	36,00	69 120,00	33,00	63 360,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	36,00	69 120,00	33,00	63 360,00
Pessoas a tempo completo	36,00	69 120,00	33,00	63 360,00
(das quais pessoas remuneradas)	36,00	69 120,00	33,00	63 360,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	36,00	69 120,00	33,00	63 360,00
Masculino	14,00	26 880,00	13,00	24 960,00
Feminino	22,00	42 240,00	20,00	38 400,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

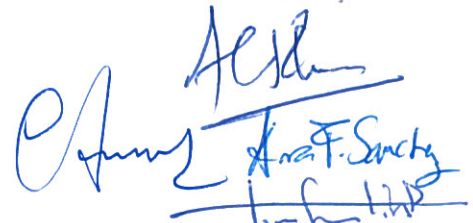
15.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	1 564 772,96	1 363 341,18
Remunerações dos órgãos sociais	174 894,81	244 575,19
Remunerações do pessoal	957 300,21	783 467,56
Indemnizações	82 086,25	
Encargos sobre as remunerações	274 363,50	242 412,91
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	54 889,13	56 353,61
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	21 239,06	36 531,91
- formação	18 644,53	34 411,11

O Contabilista Certificado



A Administração



16 - Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	2 844 416,05	2 844 416,05
Fornecimentos e serviços externos	1 147 352,90	1 147 352,90
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	1 564 772,96	1 564 772,96
Remunerações	1 132 195,02	1 132 195,02
Outros gastos	432 577,94	432 577,94
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	123 191,94	123 191,94
Total das aquisições	61 272,33	61 272,33
Propriedades de investimento		
Total das aquisições	33 000,00	33 000,00
(das quais edifícios e outras construções)	33 000,00	33 000,00

Período anterior

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	2 908 033,51	2 908 033,51
Fornecimentos e serviços externos	1 169 216,33	1 169 216,33
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	1 363 341,18	1 363 341,18
Remunerações	1 028 042,75	1 028 042,75
Outros gastos	335 298,43	335 298,43
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	167 655,78	167 655,78
Total das aquisições	73 086,52	73 086,52
(das quais edifícios e outras construções)	43 517,49	43 517,49
Propriedades de investimento		

O Contabilista Certificado



A Administração



16.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	2 844 416,05			2 844 416,05
Fornecimentos e serviços externos	1 147 352,90			1 147 352,90
Aquisições de ativos fixos tangíveis	61 272,33			61 272,33
Aquisições de propriedades de investimento	33 000,00			33 000,00
Aquisições de ativos intangíveis	33 846,89			33 846,89
Rendimentos suplementares:				

Período anterior

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	2 908 033,51			2 908 033,51
Fornecimentos e serviços externos	1 169 216,33			1 169 216,33
Aquisições de ativos fixos tangíveis	73 086,52			73 086,52
Aquisições de ativos intangíveis	43 542,00			43 542,00
Rendimentos suplementares:				

16.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os Resultados com base em acções

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em acções, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Acções próprias

A Entidade não detém acções próprias, nem efectuou quaisquer transacções com acções próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

- Administração

Relativamente aos seus administradores, a sociedade não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remunerações.

O Contabilista Certificado



A Administração



- Garantias

Existem as seguintes GARANTIAS REAL (não hipotecário):

Banco Montepio Geral - 100 000,00
Volkswagen Bank - 36 986,00

17 - Outras informações

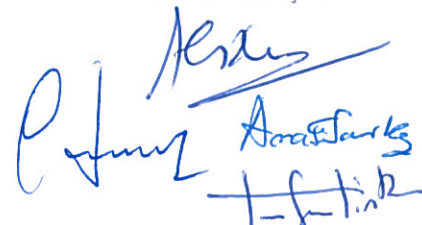
17.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados – Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	780 415,16	770 150,60
Trabalhos especializados	411 532,54	357 458,18
Publicidade e propaganda	74 060,23	81 705,61
Vigilância e segurança	527,81	917,52
Honorários	41 147,86	49 532,65
Comissões	220 262,95	235 990,43
Conservação e reparação	31 247,15	34 891,60
Outros	1 636,62	9 654,61
Materiais	62 988,72	71 451,27
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	22 528,96	25 247,27
Livros e documentação técnica		793,42
Material de escritório	24 050,94	22 121,14
Artigos para oferta	16 408,82	23 289,44
Energia e fluidos	37 049,04	45 893,81
Electricidade	7 712,34	11 411,43
Combustíveis	29 271,10	32 796,72
Água	65,60	1 685,66
Deslocações, estadas e transportes	76 673,56	84 654,51
Deslocações e estadas	76 673,56	84 654,51
Serviços diversos	190 226,42	197 066,14
Rendas e alugueres	71 362,58	80 198,82
Comunicação	48 566,85	47 189,89
Seguros	14 473,24	13 408,14
Contencioso e notariado	2 655,21	1 215,25
Despesas de representação	36 716,46	40 444,39
Limpeza, higiene e conforto	16 452,08	14 609,65
Total	1 147 352,90	1 169 216,33

O Contabilista Certificado



A Administração



17.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Discriminação dos outros gastos e perdas

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Impostos diretos	510,00	88,98
Impostos indiretos	55 211,71	53 743,44
Taxas	1 500,00	2 251,32
Gastos e perdas em subsidiárias	0,00	15 900,00
Gastos e perdas em Investimentos não financeiros	0,00	33 848,22
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	6 625,19	4 158,49
Donativos	1 140,00	405,00
Quotizações	2 130,00	2 130,00
Diferenças de pagamento de segurados	476,47	745,86
Indemnizações a segurados	4 273,74	384,00
Coimas	170,00	852,00
Despesas não documentadas	3 038,63	3 349,99
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4 614,22	731,04
Outros	1 938,63	0,00
Total	81 628,59	103 388,73

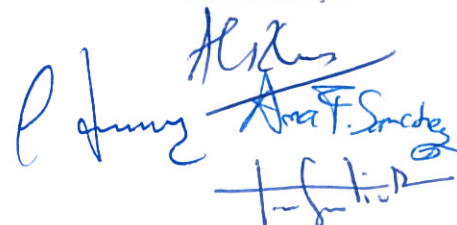
Discriminação dos juros e gastos similares

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros de leasing	2 375,65	3 337,98
Total	2 375,65	3 337,98

O Contabilista Certificado



A Administração



17.3.

Os honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, atingiram em 2016, o montante de 10 745,28 €.

O Contabilista Certificado

A Administração

~~Arlos~~
~~Am. F. Sander~~
~~H. Sander~~

Divulgações exigidas pela Autoridade de Supervisão Financeira

Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por Natureza	2016	2015
Número/ Cheque/ Transferência	2 844 416,05	2 908 033,51
Por Tipo	2016	2015
Comissões de Seguro	2 740 189,39	2 814 686,53
Comissões de Resseguro	104 226,86	93 346,98

18.2 Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por ramo "Vida", ramos de pensões e conjunto dos "Não Vida" e por origem (por empresas de seguros, outros mediadores clientes)

Por Ramos	2016	2015
Vida	64 326,80	67 610,49
Não Vida	2 675 862,59	2 747 076,04
Resseguro	104 226,86	93 346,98
Total	2 844 416,25	2 908 033,51

Por Origem	2016	2015
Empresas de Seguros	2 807 161,90	2 902 129,82
Mediadores	37 254,35	5 903,69
Total	2 844 416,25	2 908 033,51

18.3 Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível das empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira

Seguradora	Valor 2016	Valor 2015	% 2016	% 2015
	(*)		(*)	
Fidelidade Mundial	1 173 561,44	1 176 056,97	42,83	42,28

(*) Bruto de co.seguro

18.4 Valores de contas Clientes no início e no final do exercício

	2016	2015
Saldo Inicial	(70 538,14)	(412 082,85)
Movimentos a débito	20 445 624,83	19 806 126,82
Movimentos a crédito	20 341 408,15	19 464 582,11
Saldo Final	174 754,82	(70 538,14)

O Contabilista Certificado

Phy

A Administração

P. J. June

~~Absolutely~~
~~Anat. Sanchez~~

f-s-f-in-p

18.5 Contas e receber e a pagar por origem

	A receber 2016	A pagar 2016	A receber 2015	A pagar 2015
Tomadores de Seguros	3 156,73	76 743,91	13 216,31	12 228,34
Empresas de Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00
Mediadores	14 202,76	4 436,70	4 262,00	6 297,76
Outras quantias	876 357,20	834 155,83	146 682,87	687 938,68
Total	893 716,69	915 336,44	164 161,18	706 464,78

18.6 Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar**18.6.1 Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros**

	2016	2015
Fundos	76 743,91	12 228,34

18.6.2 Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar

	2016	2015
Prémios cobrados	7 674,39	1 283,98

18.7 Informação acerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros documentos de crédito e, salvo se impraticável uma estimativa do seu justo valor

- Existe uma caução bancária de 18 760,00€ [alínea d) do número 1 do artigo 19º do Decreto-Lei 144/2007 de 31 de Julho];

18.8 Empresas de Seguros cujas remunerações pagas ao corretor representam, cada uma, mais de 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira

Seguradora	% 2016	Seguradora	% 2015
	%		%
Fidelidade Mundial	42,83	Fidelidade Mundial	42,28
AIG	14,37	Tranquilidade	11,61
Tranquilidade	11,29	AIG	10,26
Zurich	9,58	Zurich	7,91
Generalli	5,47	Generalli	5,40
Victória	2,45	Açoreana	4,65
Ageas	2,27	Victória	4,00
Açoreana	2,10	Ageas	2,93
Allianz	1,46	Allianz	1,47
Mapfre	0,80	Mapfre	1,04

O Contabilista Certificado



A Administração





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Credite- EGS- Corretores de Seguros, SA que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de balanço de 1.612.198 euros e um total de capital próprio de 739.944 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 31.694 euros, a Demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira Credite- EGS- Corretores de Seguros, SA que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a



preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificámos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras,



incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de Março de 2017

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. João Carlos Monteiro de Macedo,
Revisor Oficial de Contas n.º 817
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160445



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da **Credite-EGS - Corretores de Seguros, SA**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 relativos à **Credite-EGS - Corretores de Seguros, SA**

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.

2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.

3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal de Contas não qualificada datada de 17 de Março de 2017.

4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 17 de Março de 2017

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. João Carlos Monteiro de Macedo,
Revisor Oficial de Contas n.º 817
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160445